



☐ **REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

☐ **PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

Considerando que:

Nos termos constantes do Programa apresentado a esta Câmara pelo XIX Governo Constitucional, na área do Ordenamento do Território se assume como principal medida "... a protecção e a valorização do litoral e a ordenação, protecção e valorização do espaço marítimo".

O Grupo Parlamentar do PSD tem demonstrado, desde sempre, preocupações com a segurança de pessoas e bens, bem como, com o desenvolvimento da economia associada ao mar e às suas principais actividades de recreio e lazer.

Nos últimos anos, os acidentes com deslizamentos e derrocadas de arribas na orla costeira portuguesa têm sido frequentes e provocaram, lamentavelmente, mortes e ferimentos variados em mais de uma dezena de pessoas.

Para além dos elevadíssimos custos associados ao descrito no parágrafo anterior, existe um custo adicional que se prende com a deterioração da imagem do país, em especial da nossa orla costeira como destino turístico de qualidade.

O "Plano de Acção para o LITORAL 2007-2013: Avaliação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira e Propostas de Actuação", editado pelo ex-MAOTDR, procedeu à identificação de áreas de intervenção prioritária onde se enquadram as de defesa costeira e zonas de risco, para situações em que foram identificadas problemas concretos de segurança de pessoas e bens.

Neste Plano de Acção, no Concelho de Mafra, foram à data identificadas duas situações de maior preocupação, que são: **Praia do Algodio** e **Praia da Calada**.

Em 2007 o INAG iniciou uma primeira fase de execução das obras de estabilização das Arribas da Praia do Algodio, na freguesia da Ericeira, sem que a mesma tenha sido dada por terminada, pois, falta resolver o problema da crista da arriba junto ao casario, onde foram deixadas até à

data vedações de obra em ambos os extremos da mesma, com vista a impedir a passagem pedonal muito utilizada pela população local.

Estas vedações são amovíveis, precárias, não têm sido mantidas, não funcionam sequer como uma eficaz medida de proibição de passagem, sendo ocasionalmente transgredidas pela população local, indignada que está com o arrastamento e indefinição da situação.

Por outro lado, durante o ano de 2009, foi lançado concurso pelo INAG para o projecto de execução da estabilização das Arribas da Praia da Calada, na freguesia da Encarnação e em 2010 foi desenvolvido o respectivo projecto, desconhecendo-se para quando está previsto a execução das tão urgentes e necessárias obras.

Adicionalmente e não obstante não constar do referido Plano de Acção para o Litoral, a implementação do Plano de Praia da **Praia do Sul**, que é um dos *Ex libris* da vila da Ericeira, previsto no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) e respectiva requalificação dos apoios balneares por parte dos concessionários que detêm as licenças, está parado e condicionado desde há vários anos, à elaboração de um estudo de estabilidade da arriba confinante com esta praia, desconhecendo-se qual a metodologia preconizada para resolver urgentemente esta situação e possibilitar aos concessionários efectuarem as necessárias obras de requalificação.

Considerando ainda que:

O elevado número de visitantes e turistas que acorrem às praias em causa, são um factor de extrema relevância para a economia local, regional e nacional.

Para além da época alta em que as referidas praias são utilizadas para turismo de “Sol e Mar”; durante a restante parte do ano, estas têm intensa utilização devido ao elevado número de praticantes de Surf que as visitam.

Assim:

Nos termos do disposto no art.º 156º, alínea d) da Constituição, é direito dos Deputados «requerer e obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do mandato»;

Nos termos do art.º 155º, n.º 3 da Constituição e do art.º 12º, n.º 3 do Estatuto dos Deputados, «todas as entidades públicas estão sujeitas ao dever geral de cooperação com os Deputados no exercício das suas funções ou por causa delas».

Nos termos do disposto no art.º 229º, n.º 1 do Regimento da Assembleia da República, as perguntas apresentadas pelos Deputados são transmitidas por intermédio do Presidente da Assembleia da República com destino à entidade requerida, tendo esta o dever de responder conforme o disposto no n.º 3 do mesmo preceito.

Os Deputados do PSD, abaixo assinados, conscientes como estão da grave CRISE que Portugal atravessa, mas conscientes também da necessidade de garantir em primeiro lugar a segurança de pessoas e bens na nossa orla costeira, assim como, potenciar o desenvolvimento turístico e económico do país, assentes nos eixos fundamentais da nova estratégia para o Ambiente, Ordenamento do Território e para o Mar, vêm por este meio requerer ao Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecederem, o seguinte:

1. Tem a Exma. Sr. Ministra conhecimento das situações anteriormente expostas, relativas à segurança e desenvolvimento da orla costeira do Concelho de Mafra?
2. Tem Vossa Exa. conhecimento de alguma medida e respectiva calendarização para cada uma das três situações anteriormente descritas?
3. Em caso negativo, quais as medidas que Vossa Exa. considera oportunas e possíveis de desenvolver com vista a resolver as três situações?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 7 de Setembro de 2011

Deputado(a)s

HÉLDER SOUSA SILVA(PSD)

ANTÓNIO PRÔA(PSD)

ANA SOFIA BETTENCOURT(PSD)

ANTÓNIO LEITÃO AMARO(PSD)

CARLOS SANTOS SILVA(PSD)

JOANA BARATA LOPES(PSD)

MÓNICA FERRO(PSD)

ODETE SILVA(PSD)

PEDRO PINTO(PSD)

SÉRGIO AZEVEDO(PSD)

RICARDO BAPTISTA LEITE(PSD)

ANTÓNIO RODRIGUES(PSD)